

RADAR ESPECIAL

Às vésperas da votação sobre a exclusão ou não do setor das universidades particulares da base do ANDES-SN, o *Jornal da SEDUFSM* ouviu duas opiniões com visões diferentes a respeito do tema. A primeira, do professor Roberto Leher

(UFRJ), presidente do Sindicato Nacional entre 2000 e 2002. E, na seqüência, o depoimento do professor Paulo Rizzo (UFSC), que também presidiu o Sindicato, mas entre 2006 e 2008. Acompanhe a seguir:



Fotos: FRITZ NUNES

Na sua avaliação, diante da suspensão do registro sindical, o ANDES deveria abrir mão da representatividade do setor das particulares?

No meu entendimento isso seria um encaminhamento errado. O registro é uma questão de natureza essencialmente política. Não é um problema jurídico real. Tanto é verdade que, tanto o STJ quanto o Supremo Tribunal Federal já reconheceram a legalidade e a legitimidade do ANDES-SN. O problema que nós temos hoje, que deixa o registro em suspenso, pois ele não foi cassado, ele está em suspenso, vem dos anos 90, de questionamentos locais, pontuais, que alguns sindicatos dos professores fizeram quanto à representatividade do ANDES no âmbito das

Roberto Leher

“Registro sindical é uma questão política”

universidades privadas. E, por uma medida de natureza política, o Ministério do Trabalho fez a suspensão, alegando que havia polêmica, que havia conflito de representação, então, deixou tecnicamente sobrestado. O fato de nós hoje tirarmos o setor das privadas nos deixaria numa situação, a meu juízo, muito complicada, porque primeiro desmonta toda uma construção de quase trinta anos sobre o nosso projeto educativo para a sociedade brasileira. Na nossa luta pela educação pública nós entendemos que a frente do setor privado, que hoje compõe 89% das instituições de ensino superior brasileiras, é absolutamente crucial. Claro que a nossa representação, ela é muito pequena, eu poderia até dizer, muito modesta, no entanto, temos um projeto histórico. Eu não entendo porque nós deveríamos abrir mão de um projeto histórico, um objetivo estratégico de luta pela educação pública, fazendo uma concessão ao estado, fazendo um ajuste pela necessidade de um carimbo que rigorosamente não está assegurado com o espurgo do setor das particulares. Não tem nenhuma garantia. Até porque amanhã nós podemos ter o questionamento, por exemplo, de instituições

sindicais que compartilham conosco a representação de professores de instituições estaduais como é o caso do Paraná. Então, nada garante que um sindicato cutista vai entrar na justiça e vá dizer “olha, o ANDES tem uma representação indevida aqui no setor das estaduais, nós sempre representamos esses professores, e, agora o ANDES vai se misturando”. Aí novamente o Ministério teria um argumento para a suspensão do registro. Então, o embate é uma correlação de forças. Acho que em torno disso que o congresso deve aprovar as nossas lutas.

Na hipótese de o ANDES abrir mão dessa representatividade, poderia haver uma interpretação de que o governo finalmente conseguiu dobrar os sindicatos?

Bom, certamente seria sob o ponto de vista simbólico, uma derrota para o sindicato, na medida em que o sindicato tem que abrir mão de um projeto, de uma concepção. É claro que isso em termos relativos seria considerado uma vitória por parte das ofensivas que o governo vem fazendo. Eu acho que nesse sentido, sim.

Caso o ANDES não abra mão dessa

representatividade das particulares, qual seria a estratégia para reaver o registro sindical?

A nossa estratégia para reaver o registro sindical é justamente organizar em âmbito internacional e nacional um movimento bastante consistente de denúncia, de explicitação de que se trata de um gesto que está em desacordo com as convenções da Organização Internacional do Trabalho, de ingerência indevida do estado na liberdade de organização sindical. Nós entendemos que o Ministério do Trabalho somente vai conceder o carimbo ao ANDES-SN se a pressão que a organização do sindicato, das lutas que nós estamos fazendo, das denúncias, das mobilizações, do engajamento das entidades democráticas da sociedade brasileira forem vivas o suficiente para o Ministério compreender que não conceder o registro para o ANDES seria um grave erro do governo. Enquanto o governo não se sentir pressionado a conceder o registro, no meu entendimento, ele vai ficar postergando. Mas nós vamos caminhar e vamos continuar organizando a ação sindical do ANDES, que é um sindicato que, insisto, tem vasto reconhecimento não só na sua base, mas um vasto reconhecimento dentro do aparato judiciário brasileiro. Os tribunais superiores brasileiros reconhecem a legalidade do ANDES. É claro que a questão do carimbo é uma medida de natureza operativa, e, é claro que isso cria um problema, eu não estou secundarizando o enorme problema de estar sem registro. Mas é um ato de natureza “administrativa”. Isso que nós temos que conseguir esclarecer à sociedade.

Paulo Rizzo

“Quem contestou o registro do ANDES foi o setor privado”

Na sua avaliação, diante da suspensão do registro sindical, o ANDES deveria abrir mão da representatividade do setor das particulares?

Bem, eu participei no ano passado de uma negociação na secretaria de relações do trabalho do Ministério do Trabalho junto com duas confederações do setor privado. Não teve acordo na negociação, e, essas entidades, sindicatos do setor privado disseram que só abririam mão das contestações ao registro sindical do ANDES se o Sindicato abrisse mão das particulares. Foi-nos posto o seguinte, inclusive por parte do secretário: vocês vão decidir o que vão fazer. Mas, ficou claro que, caso o ANDES não mudar o estatuto, por parte do Ministério do Trabalho não vai ter o registro porque vão continuar as impugnações. Na Justiça do Trabalho onde nós recorremos contra o ato de suspensão, a posição dos ministros ficou claro de que eles, como se lavassem as mãos, disseram assim: olha, a Constituição define a unicidade sindical, tem contestações e a

Justiça não vai resolver isso. Portanto, o Ministério do Trabalho teria o direito de fazer a suspensão. O ANDES no seu recurso à Justiça está questionando o fato de que o Ministério do Trabalho também não deu o direito de defesa ao ANDES. Bom, o ANDES é um sindicato que é um modelo de organização sindical para reunir o setor público e o setor privado. Somos uma mesma categoria que lutamos por um padrão de qualidade, e eu acredito que devemos estar todos numa mesma organização. Eu acho que, se, o ANDES recuasse, tirasse esse obstáculo e conquistasse o registro, entraríamos numa fase de discussão sobre como seria o processo de conquistar o setor das particulares. Ou seja, a luta pela construção de um sindicato único, público e privado, não pararia, no meu modo de entender, se a gente fizesse esse recuo.

Na hipótese de o ANDES abrir mão dessa representatividade, poderia haver uma interpretação de que o

governo finalmente conseguiu dobrar os sindicatos?

Não, de maneira nenhuma. Porque quem fez a contestação não foi o governo. A contestação é muito anterior ao atual governo, e, não foi feita por um governo. Foi feita por sindicatos preocupados em garantir o acesso ao imposto sindical. Foram eles que fizeram essa contestação. Bom, eu participei de negociações no Ministério, e, ficou claro que não é. Tanto é que o período que nós tivemos o registro, depois que ganhamos no STF, foi no governo Lula. O secretário era o Osvaldo Bargas, ex-dirigente da CUT. Portanto, não dá para fazer uma relação tão imediata com o governo. Eu penso que a preocupação maior do governo é em relação ao setor público. É no setor público que ele está disputando com o ANDES, através de uma outra entidade.

Caso o ANDES não abra mão dessa representatividade das particulares, qual seria a estratégia para reaver o registro sindical?



Bom, ao não abrir mão o ANDES vai continuar buscando mobilizar, sensibilizar a base, sensibilizar setores da sociedade para pressionar o governo, exigir do governo e do Ministério do Trabalho que conceda o registro. Que negocie com o ANDES esse registro. Agora, nós estamos num processo de reorganização da classe trabalhadora, de legalização das centrais, muita coisa vai rolar. Então, esse debate não termina nesse congresso, no próximo congresso com certeza nós vamos continuar esse debate.

Mais informações nas págs. 06, 07, 08 e 09.